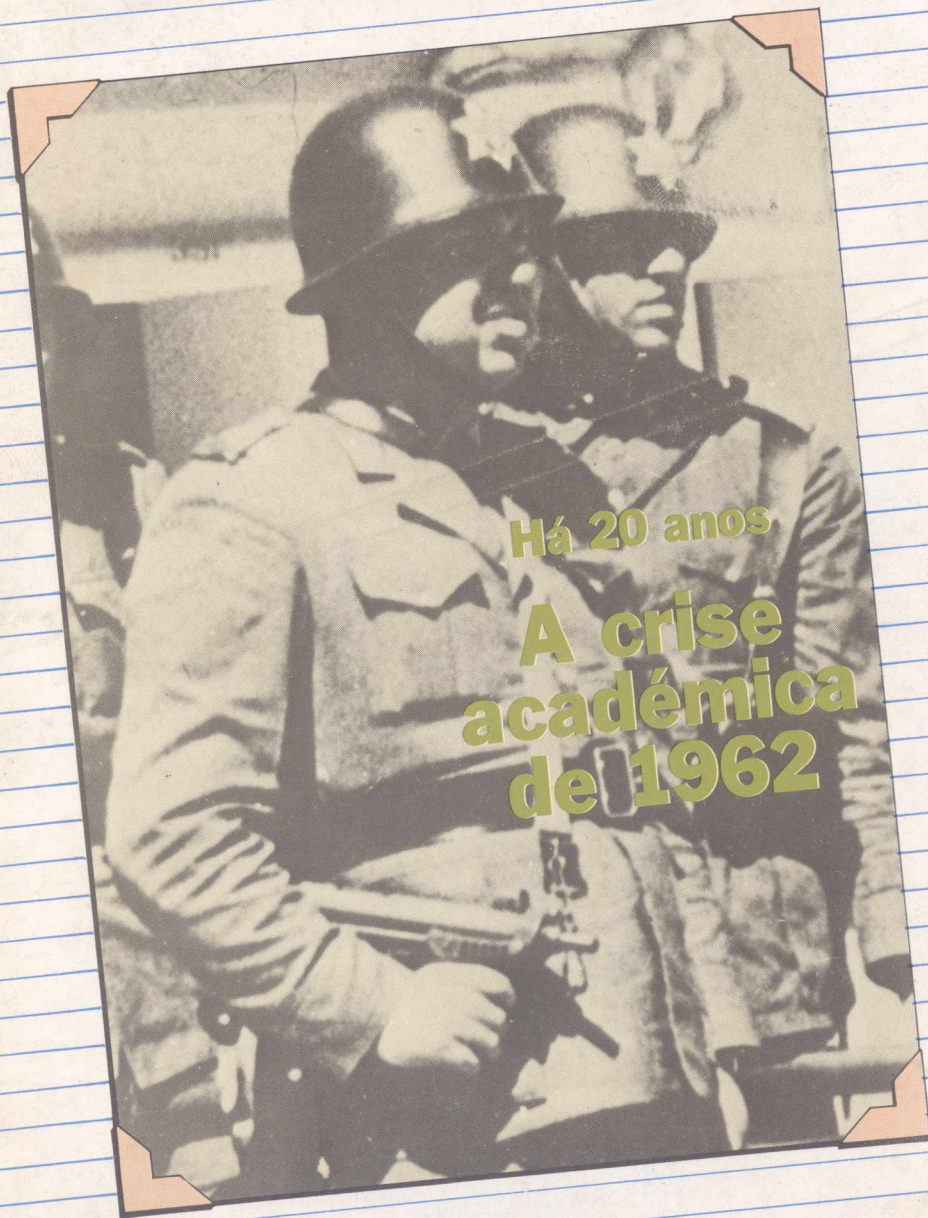


HISTÓRIA

N.º 42

Abril de 1982

Preço 50\$00



Há 20 anos
A crise
académica
de 1962

0 25 de Abril na Imprensa estrangeira

Propriedade de
Publicações Projornal, Ld.^a

Director de Edições
José Carlos de Vasconcelos

Adjuntos
Manuel Beça Múrias
e Pedro Rafael dos Santos

Direcção de Administração
António Gomes da Costa
Henrique Segurado Pavão
e José Silva Pinto

Secretário-geral
Silva Costa

HISTÓRIA

Director: Luís Almeida Martins
Adjunto: Pedro Rafael dos Santos

Colaboram neste número: Cesário Borge, Daniel Ricardo, Jorge Custódio, José Carlos Vilhena Mesquita, Lucien Corosi, Orlando Cardoso e Victor Amorim

Departamento Fotográfico: Joaquim Lobo e Inácio Ludgero.

Departamento Gráfico: João Segurado, José Pinto Nogueira, António Martins e Carlos Tavares, com a colaboração de Joaquim de Brito e José Manuel da Nóbrega.

Serviço de Apoio: Maria João Leitão Múrias e Teresa Brás (Documentação), Helena Garcia (Secretariado).

Sede da Redacção e Administração: Avenida da Liberdade, 232-r/c dt.º — 1200 Lisboa. Telefones: 574520 / 574593 / 574643. Telex: 18386.

Serviços Administrativos e Comerciais: Rua Rodrigues Sampaio, 52, 2.º — 1100 Lisboa. Telefones: 40437 / 41260 / 574520 / 574593 / 574643.

Delegação no Porto: Redacção e Publicidade, Rua Formosa, 187-1.º — 4000 Porto. Telef. 384611.

Composto na Intergráfica — Publicidade e Artes Gráficas, Limitada. Avenida da Liberdade, 232-r/c dt.º — 1200 Lisboa. Telefones: 574520 / 574593 / 574643.

Impresso no «Jornal do Comércio»

Distribuição: Dijornal — Distribuidora de Livros e Periódicos, Limitada. Rua Joaquim António de Aguiar, 64, 2.º dt.º 1100 Lisboa. Telefones: 657350 / 657450 / 657870.

HISTÓRIA

Publicação mensal
N.º 42 Abril de 1982

Sumário

A crise académica de 1962 Daniel Ricardo	2
O 25 de Abril na Imprensa estrangeira Cesário Borge	30
Quem matou Heydrich? Lucien Corosi	40
A era das pontes metálicas Jorge Custódio	48
Manuel de Arriaga e a República José C. Vilhena Mesquita	77
O Amor na Idade Média Orlando Cardoso	83
Livros	88
Jogos de Guerra Victor Amorim	91
Notícias	94

Manuel de Arriaga e o «Movimento das Espadas»

José Carlos Vilhena Mesquita

Personalidade relevante, com um carácter antidinástico a todos os títulos notável, Manuel de Arriaga procurou esforçadamente, logo após o 5 de Outubro de 1910, a conciliação de todos os portugueses com o novo regime acabado de implantar. A República era encarada, na época, como a «cura de todos os males de que enfermava a Nação», e esse era o ideal, e a esperança, do velho tribuno republicano.

«Tendo passado toda a vida a procurar a República foi procurado por ela para seu Procurador», no Verão de 1911, sendo então eleito como primeiro Presidente da República Portuguesa. Era a justa homenagem prestada ao mais ancião dos republicanos. Todavia, a incompreensão dos políticos e o clima de desordem partidária, que se fez sentir com o desmembramento do Partido Republicano Português (PRP), ditaram o seu afastamento da presidência da Nação, depois de ter sido considerado traidor e fora-da-lei por destacados vultos da vida política nacional. Veremos porquê.

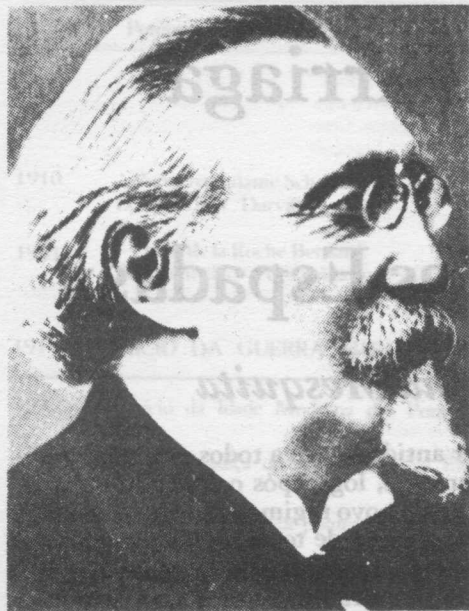
Manuel José de Arriaga Brum da Silveira era natural da cidade da Horta, (Açores), onde, a 8 de Julho de 1840, viu pela primeira vez a luz do dia. Era filho de Sebastião de Arriaga e D. Maria Antónia Pardal Ramos Caldeira de Arriaga.

Descendia duma família faialense de grandes pergaminhos históricos e de nobreza de sangue. Porém, esses títulos eram insuficientes para garantir a estabilidade económica da prole, que, em boa verdade, era numerosíssima. Daí que Manuel de Arriaga, quando se encontrava no continente a estudar advocacia, tenha sentido a necessidade de trabalhar no ensino, para poder ganhar a vida e pagar as dívidas contraídas pelos seus afazeres académicos.

Assim, mercê do seu esforço, adquiriu a

formatura em Direito, em cuja carreira alcançaria elevado êxito. A dignidade de sentimentos e o talento jurídico outorgava-lhe a admiração e amizade dos seus colegas de profissão, companheiros esses que o levaram a filiar-se no Partido Republicano, que, naquela época, se encontrava ainda em fase embrionária.

Continuava a leccionar a cadeira de Inglês pelos liceus de Lisboa, quando em 1866 deliberou candidatar-se ao lugar de assistente à décima cadeira da Escola Politécnica, a cujo concurso apresentou a tese: «Sobre a Verdade da Família Humana Debaixo do Ponto de Vista Económico». Embora se lhe reconhecesse certo valor, acabou por ser preterido, obtendo igual sorte no seu concurso à cadeira de História do Curso Su-



Manuel de Arriaga foi o primeiro Presidente da República Portuguesa, funções que exerceu entre 1911 e 1915

perior de Letras. Frustrada a sua ambição de professor no Ensino Superior, nem por isso deixou de se notabilizar no ensino médio, para cuja reforma programática foi convidado a trabalhar em 1876.

A febre política começou então a esquentar-lhe o cérebro, tornando-se, doravante, um afanoso defensor do ideário republicano. O seu génio e a sua capacidade oratória valeram-lhe a nomeação a tribuno do povo da Madeira, sob cuja representação se apresentou ao Parlamento.

Os seus ataques à Monarquia proferidos na sala parlamentar, onde permaneceu ao longo de quatro mandatos, levaram-no a ocupar, em 1891, as funções de membro do Directório Político do Partido Republicano, enfileirando ao lado de Jacinto Nunes, Azevedo e Silva, Bernardino Pinheiro, Teófilo Braga e Francisco Homem Cristo.

Como esgrimista da palavra republicana, notabilizou-se ao proferir nesse ano, e perante os seus colegas deputados, um discurso intitulado «A Questão de Lunda». Um ano depois, profere o escandaloso ataque contra o dr. Mariano de Carvalho, ao qual

deu o profético título de «Começo de Liquidação Final». Efectivamente, Arriaga havia proposto ao Parlamento que se acusasse o ex-ministro da Fazenda da responsabilidade económica sobre os empréstimos de dinheiros do Estado, por ele cedidos a sociedades particulares, cujo montante seria suficiente para reduzir a dívida flutuante do Estado para cerca de metade.

Acontece que essas cedências de capitais nacionais haviam sido feitas sem prévio conhecimento do Governo, o que constitui uma afronta à Nação portuguesa. Assim, lançava Manuel de Arriaga mais um escândalo económico, demonstrando ao País o quanto a Monarquia era um regime corrupto. Aliás, o avolumar da impopularidade do sistema, tinha já sido posta à prova em 31 de Janeiro de 1891, quando, no Porto, se fazia a primeira tentativa para a implantação da República.

Quando a República, finalmente, o surpreendeu na pacatez do seu trabalho literário, poético e filosófico, achou que os seus 70 anos de idade eram demasiado pesados para lhe possibilitarem a defesa de um cargo público à altura do seu prestígio político. Todavia, o povo não entendeu assim e ao vê-lo passar no Terreiro do Paço, numa altura em que a Revolução era já um facto consumado, lembraram-se que aquele velho, cansado de tanto batalhar contra a dinastia dos Braganças, merecia agora o seu justo prémio. Daí, a razão do seu triunfo aos ombros do povo, que, no maior júbilo, exigiu a nomeação do velho democrata para o cargo de Procurador da República.

A Presidência da República aos 70 anos

Assim, quando em 1911 se procedia aos preparativos das eleições presidenciais, ocorreu a António José de Almeida a ideia de solicitar ao ancião republicano a permissão de apresentar a sua candidatura para a presidência da República. Por lhe ter sido solicitado pelos mais altos signatários do

programa republicano, Manuel de Arriaga, aceitou o convite, que se veio a transformar em realidade devido à sua grande popularidade entre as camadas mais idóneas e até mais humildes da Nação. De facto, o povo não se tinha ainda esquecido da sua tomada de posição frente ao corrupto Mariano de Carvalho.

Apesar de, ao longo do período eleitoral, se esperar que o dr. Bernardino Machado alcançasse a vitória no sufrágio, devido ao apoio político que o Partido Democrático lhe garantia, o certo é que o triunfo pertenceu ao seu opositor, que a 24 de Agosto de 1911 foi declarado, perante a Nação, como o 1.º Presidente da República Portuguesa. O dr. Manuel de Arriaga, no acto solene de posse da presidência da República, proferiu um improviso, cujas linhas programáticas ficaram na história: «Hão-de vir para nós os que de nós fugiram. Em nome da Pátria e da liberdade, aqui estamos para os receber».

É então chamado a constituir governo o notável escritor e revolucionário republicano João Chagas, cuja administração duraria muito pouco tempo, sendo logo substituído por Augusto de Vasconcelos, que por sua vez acabaria por ceder o lugar ao historiador e geógrafo Duarte Leite. Por aqui já se vê a instabilidade política existente na época e que, aliás, seria proveitosamente criticada pelos inimigos do regime, cujo conservadorismo e afecto à Monarquia deposta haveria de gerar a guerra civil comandada por Paiva Couceiro.

Mas, apesar desse clima de insegurança política, Manuel de Arriaga ainda tentou uma solução governativa à margem dos partidos, porém, não teve sucesso. Com um Parlamento onde existia uma oposição maioritária, era bastante difícil formar um elenco administrativo que não estivesse de antemão votado ao fracasso. Portanto, era praticamente impossível encontrar uma solução que agradasse «a gregos e a troianos», e a verdade é que, tanto António José de Almeida (líder do Partido Evolucionista), como Afonso Costa (chefe do Partido Democrático), não foram bem sucedidos durante as suas experiências governativas.

Como reflexo desta desequilibrada vivência política, Manuel de Arriaga propôs ao Parlamento um acordo partidário, a fim de se criar uma maioria capaz de gerar um governo estável e coerente. Porém, as suas desinteressadas intenções políticas não soaram bem aos ouvidos dos chefes partidários, que, ao referido apelo, fizeram orelhas moucas. Apercebendo-se de que os agrupamentos partidários colocavam acima dos interesses da Nação as suas dissensões políticas e as suas diferenças ideológicas ou programáticas, o Presidente da República, redigiu uma carta da qual respigamos a seguinte afirmação: «Desde que eu tenha a certeza de que a minha substituição não traz prejuízos à nossa República e à Pátria que estremecemos, deporei, reconhecido, nas mãos do Congresso, o Poder com que muito me distinguiu e honrou».

Apesar da «partidarite endémica» de que enfermava a Primeira República, sempre se conseguiu que Bernardino Machado voltasse a assumir o poder, a 10 de Fevereiro de 1914. Contudo, a 11 de Dezembro foi preterido em favor do oficial da armada Vitor Hugo de Azevedo Coutinho. As trocas de governo eram constantes e a elas já o povo se havia acostumado. Porém, surgiu sobre a Europa o espectro da Guerra, cujo início tivera lugar em Agosto de 1914, facto esse que, doravante, passava a concentrar as atenções, não só do «comum povo» como, especialmente, das cúpulas partidárias.

O desenrolar dos acontecimentos levaram o presidente Arriaga a procurar saber, objectivamente, qual a posição a defender perante o conflito armado. Deliberou, então, convocar todas as comissões políticas dos mais destacados partidos a fim de, conjuntamente, se chegar a vias de facto. Todavia, mais uma vez, a concórdia política não surgiu, pois as opiniões convergiam para dois pólos diametralmente opostos: 1.º — permanecer na paz, reivindicando um estatuto de neutralidade perante as hostilidades; 2.º — declarar guerra à Alemanha, à sombra da aliança luso-britânica.

Politicamente, a segunda proposta era a mais vantajosa, pois levaria aos países da



Manuel de Arriaga, um dos patriarcas do regime republicano, implantado em Portugal em 1910, fornece, na sua faceta da vida familiar, mais do que uma vez pretexto a reportagens

Europa e do mundo inteiro a imagem de um povo que se batia em defesa da liberdade alcançada com a implantação do novo regime

— A República. Na verdade, grande parte dos países monárquicos espalhados pelo globo estavam convictos de que a República

Portuguesa era «um mal passageiro» e de que, com o decorrer dos tempos, a realza voltaria a ocupar o seu posto à frente da Nação. Dai que alguns deles se recusassem a reconhecer o novo regime instaurado na pátria lusitana. Portanto, a entrada na guerra demonstraria o vigor do novo sistema político. Efectivamente, assim veio a acontecer.

Em Angola as hostilidades germano-lusas, mesmo antes de ser declarada a guerra na Europa, haviam já sido iniciadas nas fronteiras ao sul do rio Cunene, onde se batia o 1.º Esquadrão dos Dragões do Planalto, chefiado pelo tenente Francisco Xavier da Cunha Aragão. A fim de conter a situação, o governo português enviou um forte corpo expedicionário, comandado pelo tenente-coronel Alves Roçadas, que, ao lado dos Dragões de Francisco Aragão, lutaram na sangrenta batalha de Naulila.

O fim dos combates ficou assinalado pelas inúmeras baixas sofridas de parte a parte e pelo aprisionamento de várias dezenas de oficiais e praças, entre os quais o próprio Francisco Aragão, ferido pelas balas inimigas.

A Guerra Mundial e o «Movimento das Espadas»

Como se pode constatar, a agitação militar nas colónias era evidente e embora o governo português não tivesse ainda realizado a declaração formal da guerra à Alemanha, o certo é que os germânicos não gozavam de grande popularidade, não só nas colónias como na metrópole. É daí que surge o polémico «Movimento das Espadas», encabeçado pelo capitão Martins de Lima, oficial que igualmente se tinha distinguido nos acontecimentos de África.

Efectivamente, tudo se desenrolou quando os oficiais do exército resolveram depor as suas espadas nas mãos do chefe de Estado, como penhor de fidelidade. Acontece, porém, que as intrigas palacianas provoca-

ram a destituição de alguns oficiais e, inclusivamente, a prisão de várias patentes daquela arma da soberania nacional. Congeminava-se, assim, uma tentativa de golpe de Estado. No entanto, os restantes graduados, indignados com a actuação dos governantes, acorreram ao campo de Santa Clara, onde aclamaram o decano do exército, general Pimenta de Castro, conhecido militar que já havia sobraçado uma pasta, ao desempenhar as funções de ministro da Guerra no governo de João Chagas.

Na verdade, Pimenta de Castro, era um militar de carreira, afecto ao regime mas hostil à desordem social e política que os seus compatriotas tinham lançado sobre o país. Sendo assim, e agindo segundo a sua mentalidade de militar, tomou imediatamente a resolução de publicamente decretar a ditadura em Portugal. De facto, a oportunidade havia surgido com o «Movimento das Espadas», cujo desfecho culminou com a resolução do Presidente Arriaga de entregar nas mãos deste militar o futuro da Nação. Convidado a formar governo no dia 23 de Janeiro de 1915, a sua primeira determinação foi mandar encerrar as câmaras do Senado e do Parlamento, que, realmente, haviam terminado as suas funções no dia 11 de Janeiro, aguardando-se, contudo, que a efectivação das eleições gerais permitisse a sua reabertura a 4 de Março do mesmo ano.

Respondendo às imposições arbitrárias do novo chefe do Governo, o presidente do Senado, general Correia Barreto, e o seu homónimo da Câmara dos Deputados, dr. Manuel Monteiro, expressaram ao Presidente Arriaga o seu mais vivo repúdio pela atitude tomada, exigindo ainda a reabertura das câmaras citadas. Foi-lhe ainda expressado que no caso deste se recusar a prosseguir na execução das normas democráticas, então poderia estar ciente de que, doravante, passaria a ser considerado como «um presidente nominal que ninguém será obrigado a reconhecer». Todavia, a impotência do presidente era notória, pelo que Pimenta de Castro mandou encerrar sine die o Parlamento. E, acto contínuo, declarou a Constituição postergada.

As simpatias pelo ideário monárquico não foram dissimuladas pelo primeiro-ministro, que a 25 de Abril publica uma amnistia sobre o capitão Paiva Couceiro e seus soldados, implicados na revolta armada, instigada por aquele oficial em vários pontos do País. Perante a afronta de verem legalizadas várias sedes do movimento monárquico e de ser encerrado o Parlamento, os senadores e deputados da República, reuniram-se clandestinamente na quinta da Mitra, em Santo António do Tojal, onde após terem analisado a situação política declararam existir em Portugal uma ditadura chefiada pelo general Pimenta de Castro, com a conivência do Presidente da República. Portanto, o dr. Manuel de Arriaga, passou a ser considerado como fora da lei.

Como reflexo deste movimento oposicionista à ditadura de Pimenta de Castro, surgiu a ideia de um golpe de estado (prática que se tornou corrente durante a Primeira República) orientado pelo Partido Democrático de Bernardino Machado e Afonso Costa. Os preparativos começaram a ser estudados e os aliciamentos no seio das Forças Armadas sucediam-se dia após dia. É assim que surgem como cabecilhas do movimento revolucionário os oficiais da Armada Leote do Rego e José de Freitas Ribeiro, cuja função seria o aprisionamento dos navios de guerra. Parte do Exército estava também do lado dos revoltosos, que, no dia 13 de Maio, usavam a senha: «Constituição-Liberdade». No dia seguinte, o golpe anticastrista era saudado pelo povo republicano devido ao êxito alcançado na reposição das liberdades democráticas.

Depois de se ter mandado prender o general Pimenta de Castro, assim como o herói da Rotunda, Machado Santos, a Junta Revolucionária entregou nas mãos de João Chagas a missão de formar governo. Infelizmente, aquele tribuno da República foi impossibilitado de o fazer, pois junto da estação de caminho-de-ferro do Entroncamento o deputado João de Freitas disparou sobre ele vários tiros de pistola ferindo-o com certa gravidade. Mas, a ira do povo era tal que o fanático deputado foi ali mesmo justicado

pelas mãos dos populares.

Assim, em sua substituição foi nomeado o dr. José de Castro, que convidou para o seu ministério as seguintes individualidades: Paulo Falcão, Teixeira de Queirós, Magalhães Lima, Fernandes Costa, Jorge José Pereira, Manuel Monteiro e Barros Queiroz.

A 26 de Maio de 1915, o dr. Manuel de Arriaga abandonava definitivamente o Palácio de Belém, pagando caro a sua determinação de instaurar a ordem e o sossego na organização política do País. Apenas pecou na escolha de um militar da estirpe de Pimenta de Castro, homem duro e hostil à mensagem democrática do «5 de Outubro». Terá sido esse o seu maior erro, ao longo de uma vida dolorosamente extensa e sempre ao serviço do republicanismo português.

Na presidência da República instalou-se então o célebre historiador açoriano Teófilo Braga, espírito notável das letras e da cultura portuguesa.

Decorridos dois anos após a sua exoneração, Manuel de Arriaga deixava o mundo dos vivos a 5 de Março de 1917; contava 77 anos de idade.

Entre a sua obra literária destacam-se os géneros poético, contista e em geral obras de carácter sociopolítico. Assim, publicou em 1887 o seu primeiro livro intitulado «Canto do Pico», seguindo-se depois livros como «Contos Sagrados» (1899), «Irradiações» (1901), «Harmonias Sociais», este considerado pela crítica como o seu mais consagrado escrito. Mas outros livros foram dados à estampa, tais como «Renovações Históricas», «O Sistema Penitenciário», e por fim «Na Primeira Presidência da República», onde se encontram compilados os seus discursos e alocuções de maior vulto.

Presentemente, a figura política de Manuel de Arriaga parece ter sido enjeitada pelos nossos historiadores mais directamente ligados à reelaboração da história contemporânea de Portugal. Penso que ainda hoje não se perdoou a este homem a grave fraqueza de consentir que o general Pimenta de Castro, ditatorialmente, interrompesse o livre desenvolvimento da vida democrática alcançada em 5 de Outubro de 1910.